

## OS INDÍGENAS E A REVOLUÇÃO CIDADÃ: LUTAS DO MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>.

Gustavo Menon<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende examinar os caminhos percorridos pelo movimento indígena equatoriano desde a década de 1980 até os dias atuais com a chamada “Revolução Cidadã”. Por meio de um estudo tendo como base a CONAIE e o Pachakutik – principais organizações expoentes do movimento indígena-, o estudo terá como foco as lutas, resistências, conquistas e retrocessos do movimento indígena no país. Pretende-se destacar atuação desses grupos frente ao neoliberalismo e a posição do movimento diante do atual governo Rafael Correa (2007-2012). Em um marco maior, qual é a proposta que ganha fôlego no período pós-neoliberal no Equador e na América Latina em geral: Bem-viver, Socialismo do Século XXI ou Neodesenvolvimentismo?

**Palavras Chave:** Movimento Indígena; Revolução Cidadã; Equador.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo examinar los caminos tomados por el movimiento indígena ecuatoriano desde 1980 hasta la actualidad con la llamada "Revolución Ciudadana". Con un estudio basado en la CONAIE y Pachakutik - principales exponentes de las organizaciones del movimiento indígena, el estudio se centrará en las luchas, las fortalezas, logros y retrocesos del movimiento indígena en el país. Se pretende destacar la actuación de estos grupos contra el neoliberalismo y la posición del movimiento ante el actual gobierno Rafael Correa (2007-2012). En un punto de referencia importante, que es la propuesta que gana impulso en el Ecuador post-neoliberal y América Latina en general: Buen-vivir, Socialismo del Siglo XXI o Neodesarrollismo?

**Palabras clave:** Movimiento indígena, Revolución Ciudadana, Ecuador.

---

<sup>1</sup> Proposta de trabalho preparado para apresentação no XXIX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA - ASAS - Santiago, Chile - Faculdade de Ciências Sociais - Universidade de Chile - FACSO - 29 setembro - 4 outubro de 2013. Proposta apresentada ao Grupo de Trabalho 20: Sociedade Civil: protestos e movimentos sociais. Coordenadores (as) do GT: Carlos Duran (coordenador principal), Juan Pablo Paredes, Ilse Scherer-Warren, Federico Schuster.

*Propuesta de trabajo elaborado para su presentación en XXIX CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS - Santiago, Chile – Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile - FACSO - días 29 de septiembre hasta 04 de octubre de 2013. Propuesta presentada al Grupo de Trabajo 20: Sociedad civil: protestas y movimientos sociales. Coordinadores/as GT: Carlos Durán (coordinador principal), Juan Pablo Paredes, Ilse Scherer-Warren, Federico Schuster.*

<sup>2</sup> Sociólogo e Mestre em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Brasil. Docente no SENAC, Brasil e membro do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – NEILS.

*Maestría en Ciencias Sociales (Política) por la Universidad Católica de São Paulo - PUC-SP, Brasil. Profesor en el Senac, Brasil y miembro del núcleo para el Estudio de las ideologías y las luchas sociales - NEILS.*

## INTRODUÇÃO

A República do Equador, com sua população girando em torno de 14 milhões de habitantes, apresenta-se no âmbito global como uma nação borbulhante de povos e culturas na formação de seu seio social. A grande diversidade de povos e nações é sua potencialidade: o Equador reconhece, atualmente, a existência de mais de dez nacionalidades e por volta de catorze povos indígenas originários.

A organização desses povos concentra-se em torno da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Mais do que uma entidade que cataloga as nacionalidades o povos ancestrais do país, a CONAIE, sem dúvidas, pode ser considerado um dos maiores movimentos sociais de caráter indígena em toda América-latina. De grosso modo, CONAIE conglomerava as nacionalidades e povos das três regiões do país: amazônica, serra e costa.

O início da organização dos movimentos indígenas no Equador ocorre dado a supressão da influência sindical durante a década de 1980. Sob o contexto de uma ditadura militar (1972-1979) os sindicalistas organizados lutaram por seus direitos por meio de greves gerais se opondo contra as sucessivas políticas de austeridade implementadas pelo regime militar. Sim, a ditadura militar equatoriana, teve aspectos neoliberais, uma vez que recorria ao capital externo para modernização das obras de infraestrutura. Empréstimos e mais empréstimos. O capital estrangeiro como salvador da pátria. De acordo com o economista Aberto Acosta (1994) a dívida externa no Equador sempre foi um problema estrutural a ser sanado. A chamada “dívida maldita”.

Diante desse quadro, a Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), nascida da junção de outras centrais sindicais, conglomerou um grande número de trabalhadores, tornando-se instrumento orgânico representativo da classe trabalhadora. As políticas econômicas neoliberais das décadas de 80 e 90 (privatização, flexibilização trabalhista, abertura comercial, financiamento do capital externo e etc.) levavam à mobilização e convocação de grandes levantes organizados pela FUT, mas que não desembocavam em uma verdadeira mobilização para alterações estruturais no sistema político-econômico. Na verdade, conjuntura internacional não dava condições para tal transformação. A correlação de forças em todo continente estava propensão ao neoliberalismo, as bandeiras de luta eram então: a melhoria de salários, manutenção do emprego e o fim da terceirização. Devido à força do neoliberalismo, o movimento sindical foi perdendo cada vez mais seu espaço, furtando-se a concentrar em lutas pelas melhores condições de trabalho. Além disso, muitos dirigentes sindicais da década de 1980 foram cooptados pela burocracia de Estado (Salamea, 2006).

O espaço deixado pelo movimento sindical deveria ser rapidamente ocupado, e em 1986 nasce a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que mais adiante tornar-se-ia importante mediador dos anseios das comunidades indígenas, propondo um Estado plurinacional. O seu eixo principal de suas reivindicações. Desde o período inicial até os dias de hoje, são:

- Consolidar povos e nacionalidades indígenas do país
- Luta pela defesa da terra, territórios indígenas e recursos naturais;
- Fortalecer a educação intercultural bilíngue;
- Para lutar contra o colonialismo e o neocolonialismo;
- Promover a auto legislação e desenvolver comunitarismo abrangente;
- Fortalecer a sua identidade e as suas formas de social;
- Promover o exercício dos direitos coletivos dos Povos e Nacionalidades Indígenas do Equador, reconhecido na Constituição da República;
- Construção de uma sociedade intercultural, promover a participação, estabelecendo uma democracia participativa, com a finalidade de alcançar a descentralização do poder e recursos econômicos, solidariedade e equidade;

- Para alcançar a igualdade e justiça entre os povos indígenas e nacionalidades, assim, na sociedade em geral, e,
- Manter relações internacionais entre as nacionalidades indígenas do continente Abya-Yala, a comunicação alternativa viável entre os povos indígenas e outros setores sociais comprometidos com a causa (CONAIE, 2012 – tradução do autor).

A direção da organização é submetida ao coro de demandas de cada comunidade, necessitando compatibilizá-las em favor do todo, da unidade indígena. É importante lembrarmos que essa reivindicação não foi proposta pelo sistema político, mas sim pelo próprio movimento, caracterizando-se como uma demanda legítima dele. Ela pretende reafirmar a ideia de que os povos indígenas constituem verdadeiras nações. Esse novo *status* torna-se importante dentro da reivindicação de autonomia administrativa de seus territórios e da posse em um nível comunitário das terras indígenas, pois como povo não há ligação necessária com uma territorialidade, mas, por sua vez, uma nação pressupõe um território gerido por ela para sua existência. Esta questão da terra é fundamental para os grupos indígenas, pois na sua visão o espaço físico não é apenas uma ferramenta econômica para sua subsistência, mas um lugar onde os grupos podem preservar e desenvolver suas práticas culturais.

O intelectual e militante indígena equatoriano, Ariruma Kowii, destaca os avanços do movimento indígena no país:

[...] en los últimos 17 años el movimiento indígena ha dado pasos importantes, de los cuales resaltamos los siguientes: del tutelagen de la dirección sindical y de sectores progresistas de la iglesia, las comunidades han pasado a la autogestión y han asumido la dirección del movimiento indígena (KOWII, 2012).

## **MOVIMENTO INDÍGENA DIANTE DO NEOLIBERALISMO**

Em 1990, a Conaie organiza a primeira revolta indígena desde o fim da ditadura de 1979. A despeito de partidos políticos e forças econômicas, os movimentos indígenas organizados produzem uma revolta com demandas totalmente novas, como o respeito à diversidade cultural e à necessidade de um Estado plurinacional. O Estado equatoriano não podia fechar os olhos para as suas origens, esquecendo assim de boa parte de sua população. Assim comenta Davalos:

Os índios, no levante de 1990, só aceitaram como interlocutor o Presidente da República, como representação do Estado. Eles não param para pensar a importância que teria o sistema político, criado justamente para resolver os conflitos que os índios colocavam para o Estado, nem tampouco pensaram se utilizar dos mecanismos da democracia criados para resolver conflitos sociais. Por quê? Os índios, em junho de 1990, violaram o sistema político, colocaram-no entre parênteses nas suas negociações com o Estado, por uma razão que para eles era evidente: era um sistema que os tinha excluído desde sempre. Aceitar esse sistema político seria o equivalente a aceitar uma derrota política antecipada. Os índios haviam questionado a democracia realmente existente, questionado os partidos políticos, sido críticos com as formas que assumia a representação no contexto da democracia. Os índios sabiam que a democracia realmente existente, mais que uma oportunidade, consistia uma ameaça. Mas os índios queriam salvar o conceito de participação social da democracia sem aceitar o molde da representação política, uma aposta arriscada que o conflito iria revelar como a mais importante no seu processo de constituição como um

ator político importante nos anos 90 (DAVALLOS, 2004, p. 7 – tradução do autor).

Em 1994, no governo Sixto Durán Ballén, o presidente propôs a criação de uma nova lei de desenvolvimento agrário, que ameaçava o expurgamento das terras comunitárias. Tal projeto causou comoção e mobilização nas comunidades indígenas, e uma nova revolta era inevitável. O governo, que até então desencadeava uma série de medidas neoliberais com o intuito de ajustar a economia aos moldes de crescimento internacional – amparados pelo Consenso de Washington -, mexia em um ponto crítico da pluralidade de nações equatorianas, queriam tomar as terras onde comunidades originárias viviam e desenvolviam suas atividades, visando assim uma expansão das fronteiras agrícolas equatorianas e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento econômico das classes dominantes pautado sobre o latifúndio. Isto era, pois, inaceitável. Uma segunda revolta indígena eclode e heroicamente impede a aprovação *da* lei, exponenciando ainda mais o papel de protagonista, no âmbito nacional, da organização indígena, como base de enfrentamento não alinhada à institucionalidade vigente. Aproveitando-se desse momento luta, é criada em 1995 a coordenadoria de Movimentos sociais (CMS), visando transpor os movimentos sociais para o âmbito político institucional, espaço que sempre lhes fora negado. O sociólogo Augustin Cueva (1997) destaca que o processo de dominação política no país durante o século XX sempre teve consigo uma dominação de caráter étnico. Até em então, política institucional no Equador, sempre havia sido um “negócio de branco”.

### **PACHAKUTIK: O PARTIDO INDÍGENA.**

Ouvidas as demandas e tendo como meta de campanha a discussão e instauração de um Estado plurinacional, funda-se o partido político Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik-Novo País (MUPP-NP), que participa das eleições de 1996, alcançando 8% dos votos válidos para o parlamento e o controle político de alguns governos locais. Havia começado o processo de mudança social por meio da mobilização classes populares, bem como, por parlamentos agora eleitos. A estratégia era mudar a política de baixo para cima, assim como, de cima para abaixo.

Os partidos de direita e de esquerda equatorianos agora tinham outro importante concorrente, que não mais defendia as posições estritamente aliadas a lógica do capital, mas uma posição que radicalizasse as bases constitucionais do Estado, cujo objetivo é a convocação de uma assembleia constituinte que promulgasse uma Constituição que tivesse o caráter plural da sociedade equatoriana.

Assim, em 1998 uma assembleia constituinte é convocada e a 19.<sup>a</sup> Constituição do Equador é promulgada. O reconhecimento dos povos indígenas e a segurança de seus direitos coletivos são reconhecidos na Constituição, mas o grande objetivo da plurinacionalidade do Estado ainda fora contemplado. Nas eleições de 1999, o movimento Pachakutik (PK) angariara 10% da representação eleitoral, conseguindo uma boa expansão em meio às dificuldades impostas pelo *status quo* dominante do capitalismo internacional.

A crise financeira se abatia sobre o Equador no ano de 1999, a insolubilidade econômica do Estado era evidente, o governo Muhad resolve então radicalizar, adotando um voraz pacote de ajuste econômico recomendado pelo FMI. Os preços subiam, a dívida externa era impagável e o poder de compra diminuía. Em 2000, sob o comando do então Presidente Jamil Mahuad Witt, o Equador deixava de fazer política monetária: o sucre foi substituído pelo dólar norte-americano, acorrentando a economia equatoriana às flutuações do mercado especulativo. Fernandes (2007) afirma que, “ao abandonar uma instituição fundamental como a moeda, talvez o Equador tenha cometido a pior loucura da sua história”.

O mesmo caminho que arrastou o Equador à tragédia da dolarização é muito semelhante ao que levou às crises financeiras no México em dezembro de 1994, no Brasil em janeiro 1999 e na Argentina em dezembro de 2001. É possível situar seu início em 1992 quando, no governo Sixto Durán Ballén, o Equador adotou um plano de combate à inflação que utilizava a taxa de câmbio como âncora nominal. No geral, o esquema seguiu os mesmos mecanismos que outras economias latino-americanas: altas taxas de juros com câmbio valorizado. Soma-se a isso um programa de reforma do Estado harmonizado com todas as recomendações do FMI do Banco Mundial (FERNANDES, 2007, p.1).

Vale ressaltar que a dolarização foi muito festejada classes dominante branca equatoriana que já carregava em suas carteiras grande quantidade de dólares: em 1999, 53,7% dos depósitos no sistema bancário equatoriano estavam denominados em moeda estrangeira. Para classes mais pobres, a dolarização representou uma perda da capacidade de consumo e perda de renda real de seus salários. O economista Alberto Acosta (2005) comenta os efeitos do neoliberalismo no país:

Na verdade, em 1999 o Equador sofreu o retrocesso econômico mais severo da América Latina. Avaliado em dólares, o PIB caiu 31% entre 1998 e 2000, passando de 19.710 milhões a 13.649 milhões, tendo chegado a 13.770 milhões em 1999. O PIB per capita caiu 33% entre 1998 e 2000, passando de 1.619 dólares para 1.079 (vide a Tabela 1). Em 1999 a política econômica provocou uma desvalorização de 216%, uma inflação de 52%, uma queda de 23% no salário real e uma evasão de capitais privados da ordem de 15% do PIB. Segundo a UNICEF, o Equador sofreu o empobrecimento mais acelerado na história da América Latina. Entre 1995 e 2000, o número de pobres duplicou, de 3,9 a 9,1 milhões, crescendo em termos percentuais de 34% para 71%. A pobreza extrema também dobrou, de 2,1 para 4,5 milhões de pessoas: em termos percentuais, um saldo de 12% para 35%. A porcentagem de crianças vivendo em lares atingidos pela pobreza aumentou de 37% para 75%. A despesa social per capita diminuiu em cerca de 22% na educação e 26% na saúde. Na virada do século houve uma emigração maciça de equatorianos, estimada em cerca de trezentas mil pessoas (há quem fale em quinhentas mil), fato que incidirá profundamente na vida econômica, social e política do país. (ACOSTA,2005, p. 182-183)

As classes populares sofriam na pela as medidas neoliberais e a crise aprofunda e nutre um elementar descontentamento com o estatuto político-econômico vigente, o que serviria de base de apoio para as três revoltas indígenas daquele ano, que “desmontaram as políticas de ajuste estrutural e obrigaram o governo a rever esse processo” (Davalos, 2006, p. 490).

Três revoltas indígenas ocorreram naquele ano para impedir a radicalização da política de *arrocho* dos mais pobres (Davalos, 2006). O presidente encontrava-se, pois, de mãos atadas, e, com o aprofundamento crescente da crise financeira do país, é deposto em janeiro de 2000 por uma das revoltas indígenas, assumindo o cargo o então vice-presidente Gustavo Noboa (2000-2003).

Noboa, para soerguer o país da crise instaurada, muda a agenda econômica da cartilha do FMI para o paradigma econômico do Banco Mundial, menos imediatista, mas ainda completamente neoliberal. A *bancocracia* continuava. Uma política de estabilidade financeira sustentada pela dolarização da economia, arrocho nos salários, nas contas públicas e uma política agressiva de

privatização da estrutura viária, serviços e das riquezas naturais foi implementada. Visando evitar novas revoltas populares cria-se o Projeto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (Prodepine), que conseguiu institucionalizar os movimentos populares, trazendo-os para o seio da burocracia de estado, extinguindo temporariamente a força latente dos movimentos, que, agora, lutavam entre si pelo controle dos repasses públicos.

Em 2002, apoiado pelo movimento indígena, Lucio Gutiérrez é eleito presidente, dando, em seguida, um duro golpe no movimento. A eleição de Lucio Gutierrez é festejada por toda esquerda latino-americana conforme aponta Petras & Veltmeyer (2005):

El triunfo electoral de Lucio Gutiérrez, en 2003, fue acogido con el mismo optimismo y las mismas expectativas con que se recibió una nueva orientación política alternativa en el Brasil, con la elección de Lula como presidente, o la declaración de la Revolución Bolivariana por parte de Hugo Chávez. Asimismo, los movimientos en Bolivia (Evo Morales, el líder de una organización de campesinos productores de coca, que casi llega al poder a través de elecciones, y la caída de Lozada luego de una movilización popular) despertaron en la izquierda las esperanzas de un nuevo amanecer en la política de América Latina (PETTRAS & VELTMEYER, 2005, p. 113).

O então presidente passa do apoio às demandas do movimento indígena ao continuísmo das políticas neoliberais e da contemplação dos desejos das elites dominantes. Com essa reviravolta, Gutiérrez começa a buscar um caminho para dismantelar o movimento indígena, almejando, assim, acirrar disputas internas. Tentam *institucionalizar* o movimento com dinheiro, terras e benesses para as comunidades em troca de apoio político. Líderes indígenas são mortos e uma onda de perseguição política começa no Equador no início do século XXI. O neoliberalismo seguia em frente.

Por conseguinte, Gutiérrez, sem apoio popular e cada vez mais refém do arcabouço político que construíra, torna a corrupção um dos principais motes de seu governo. A negociata política era baseada em jogo deslavado de interesses, a saída ou entrada de partidos na base governista era mediada pela obtenção ou não de cargos de interesse político, ficando o presidente cada vez mais à mercê da jogatina política.

O PK rompe com o governo. A CONAIE entra em crise e abra-se um racha no interior do movimento indígena. O apoio a Gutierrez foi um equívoco que custaria muito caro. A partir de então, o movimento indígena tenta se rearticular e se reestruturar.

Enquanto isso, a população, fustigada com os rumos do governo Gutiérrez, começa uma campanha de mobilização social contra os partidos políticos da época, com o lema “*!Que se vayan todos!*”. O movimento indígena, mesmo desmoteado, novamente vai às *calles*. A crise no sistema representativo fica visível, a população não mais se reconhece nos mandos de seus representantes delegados por sufrágio. A mobilização é cada vez mais intensa, o que leva o governo, na tentativa de relativizar o movimento, denominar seus participantes de “delinquentes e foragidos”. Aproveitando a semântica do governo de combatê-lo, o movimento se autodenominou “Os foragidos” e começou uma série de mobilizações sociais (Davalos, 2006 p. 492). O movimento ganhava vida própria, e os cidadãos se autoconvocavam à luta contra a corrupção do governo e os desmandos do Estado.

Todavia, como bem destaca Gallegos (2011) as novas manifestações não eram encabeçadas pela CONAIE ou pelo movimento indígena - que protagonizaram as lutas sociais durante os anos 90 - tinham como articuladores as classes médias urbanas. Enquanto que a destituição de Bucaram se deu, em grande medida, devido à pressão indígena; a queda de Gutierrez está ligada a novos agentes e movimentos sociais na política equatoriana.

A diferencia tanto de la destitución de Bucaram en 1997, cuando las movilizaciones fueron encabezadas por los partidos y movimientos sociales – sobre todo la CONAIE–, como del derrocamiento de Mahuad, cuando los indígenas se enlazaron con mandos medios del ejército, las jornadas de abril 2005 fueron resultado del *desborde ciudadano* a la tutela partidista y al comando de cualquier estructura organizativa. El tercer derrocamiento presidencial fue, así, fruto de un conjunto de demostraciones sin ninguna dirección política pre-estructurada. Jóvenes y amplios segmentos de las clases medias urbanas componían el núcleo central de la revuelta. Era la primera vez, desde el levantamiento indígena de 1990, que la movilización social no giraban en torno a, o no estaban liderada por, el MIE. Su lugar fue ocupado por una pluralidad de inexpertos marchantes y de neófitas iniciativas colectivas: un radical anti-partidismo acercaba a oleadas de heterogéneos manifestantes que, sin densas redes organizativas previas, lograron altos niveles de coordinación *mientras* se movilizaban. La malograda experiencia de PK en el ejercicio del poder y la nula participación del MIE en las acciones que propiciaron la caída de Gutiérrez señalaban el *fin de un ciclo* de alto protagonismo político e intensa movilización indígena (GALLEGOS, 2011, p.82)

O ainda presidente Gutiérrez decreta estado de emergência na cidade de Quito, o que potencializa e radicaliza os ânimos pela violência estatal que recai sobre aqueles que discordam das vias tomadas. Na insustentável iminência do colapso o congresso nacional e as forças armadas retiram o apoio a Gutiérrez e um novo presidente assume interinamente o cargo: Alfredo Palacio, vice-presidente do governo Gutiérrez (2005-2007). Mais um presidente era desposto em decorrência das manifestações das classes oprimidas.

## REVOLUÇÃO CIDADÃ E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em 15 de outubro de 2006, foram realizadas as eleições para o Legislativo e o Executivo objetivando substituir Alfredo Palacio. Neste processo eleitoral, concorreram 13 candidatos representando os diversos partidos e movimentos políticos. Entre eles, o candidato do partido Alianza País (AP), Rafael Correa, que recebeu 22,84%, ocupando o segundo lugar, ficando quatro pontos atrás do primeiro colocado, Álvaro Noboa, do partido Renovador Institucional (PRIAN). Isto chama a atenção, pois Correa era o candidato favorito nas pesquisas de intenção de voto. Outra surpresa foi o terceiro colocado, Gilmar Gutiérrez do partido Sociedad Patriótica (PSP), irmão do ex-presidente Lucio Gutiérrez. Mesmo não sendo considerado como favorito nas pesquisas de intenção de voto entre os primeiros colocados, ele recebeu 17,42% dos votos válidos.

Esses resultados atestam, tanto no caso do candidato do PRIAN quanto no do PSP, a capacidade de conduzir suas campanhas fora da opinião pública “mediatizada”, e apoiando-se em instâncias clientelistas, local e provincial. Foi nesse ambiente que Gilmar Gutiérrez conduziu sua campanha eleitoral, por fora dos meios de comunicação. Seu terceiro lugar tem um importante valor simbólico, indicando que os irmãos Gutiérrez e o PSP haviam sobrevivido à revolta de Abril, do movimento “*Los foragidos*”, e estavam “regressando” fortalecidos. A expressão disso foi o fato de que, das 15 províncias, onde Lucio Gutiérrez obtivera a maioria em 2002, 11 ainda terem sido favoráveis a seu irmão.

No segundo turno concorreram os candidatos Rafael Correa e Álvaro Noboa, representando concepções absolutamente diferentes sobre reforma política, papel do Estado, relações internacionais e políticas públicas. Rafael Correa tentou vincular sua candidatura ao movimento “foragido”, porém sua

transformação em figura pública vem de sua passagem pelo governo de Alfredo Palacio, como ministro de economia e finanças, ocasião em que ele teve a oportunidade de discutir, em nível nacional, temas como: redução dos pagamentos da dívida externa, atenção à dívida social e controle soberano da economia. Utiliza como eixo central de seu discurso eleitoral a reforma política, por meio da elaboração de uma nova Constituição, para acabar com o que chamava de “partidocracia”. Defende uma renegociação dos contratos de exploração de recursos naturais e um maior controle sobre o capital estrangeiro. Seu discurso “antipartido” foi bem-sucedido, como atesta o crescimento dos números de intenção de voto de sua candidatura.

Noboa parte para uma campanha de oposição geral a todas as propostas de Correa, já prevendo um segundo turno disputado entre os dois. Propôs limitar o papel do Estado, incentivar o livre comércio, atrair o investimento estrangeiro, eliminando o imposto de renda sobre suas operações e fazer uma reforma política via Congresso Nacional. Utiliza-se de propostas populistas nos ramos de habitação, emprego e renda. Uma questão-chave foram as alianças feitas no segundo turno. Álvaro Noboa opta por se aliar com forças políticas tradicionais, como o Partido Social Cristão (PSC), trazendo descrédito para sua candidatura. Rafael Correa, apesar de contar com o apoio do partido Izquierda Democrática, negocia de forma cautelosa para não correr o risco de ter sua imagem vinculada aos partidos tradicionais. A decisão do partido Alianza País (AP) de não lançar candidatos para o Congresso, não legitimando um sistema político que se propunha a modificar, contribuiu para vitória de seu candidato, visto que a população estava muito decepcionada com a antiga prática política do país.

Assim, assume o cargo de presidente Rafael Vicente Correa Delgado. Aliando-se rapidamente aos anseios das revoltas acontecidas no governo Gutiérrez e das medidas políticas adotadas pelos presidentes da Venezuela e Bolívia, Correa implementa uma política nacionalista, revisão das dívidas externas, um Estado mais proativo na economia, discussão de contratos de sedição e exploração dos recursos naturais, entre outras, mas o mais importante é a convocação de uma nova constituinte. O posicionamento do presidente fica claro quando diz em entrevista que:

[...] o neoliberalismo ficou para trás! Esse papo furado de que o individualismo é o motor da sociedade, depreciando tudo o que é ação coletiva, o papo de que a competição deveria ser um modo de vida subestimando a cooperação, de que a sociedade teria que se submeter aos mercados, e não os mercados à sociedade, de que não se necessitava do Estado, de planificação etc. Isso foi definitivamente para o lixo da história. Estamos em uma nova era com novas políticas, talvez nos falte racionalizar essas políticas, mas, felizmente, está-se rejeitando a antiga e buscando algonovo. (2007, p.1).<sup>3</sup>

Assim, com medidas antineoliberais, o governo precisa refundar sua base de apoio. Os partidos tradicionais não podem mais ser o motor da legalidade constitucional e política no Equador. Emana, pois, a necessidade de revitalizar as estruturas do Estado, que só poderia ser feito por meio de uma promulgação de uma nova Constituição.

Diferente das outras constituições, esta nova tentativa adota outros meios para a formulação de seus princípios e artigos, e, utilizando-se do contexto de mobilização social sem precedentes, o governo faz uso da situação a fim de emanar da sociedade as demandas das classes oprimidas, com isso, a sociedade equatoriana é convocada para o período da assembleia constituinte. A nova carta magna do país foi aprovada com 63,97% de votos a favor no plebiscito de sua efetivação.

---

<sup>3</sup> BRASIL DE FATO. Correa: inicia-se uma nova era na América Latina, 2007. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/3069>>. Acesso 30 jul. 13.



De la mano de la popularidad del presidente Correa las izquierdas alcanzaron el pleno control de la Convención de 2007-2008. Aún en medio del declive de la movilización social, la nueva Carta Magna constitucionalizó la salida del neoliberalismo, amplió aún más el espectro de los derechos, consagró la plurinacionalidad del Estado, innovó en materia de derechos ambientales, extendió radicalmente los espacios de participación popular y, sobre todo, llevó más lejos que nunca las demandas por la des-partidización del orden político (GALLEGOS, 2011, p. 72).

A nova Constituição mostra claramente os novos rumos alcançados por meio de mobilizações e revoltas populares quando diz em seu artigo primeiro artigo que:

Artigo 1.º O Equador é um Estado constitucional de direitos e de justiça social, democrático, soberano, independente e unitário, intercultural, plurinacional e laico. É organizado como uma república e é gerida de uma forma descentralizada. A soberania reside no povo, cuja vontade é o fundamento da autoridade, e exercido através de órgãos públicos e as formas de participação direta na Constituição. Não renovável dos recursos naturais do território do Estado pertencentes ao seu direito de primogenitura, inalienável e imprescritível (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008, cap. 1 – tradução nossa).

De qualquer maneira, a situação entre a “Revolução Cidadã” e os movimentos sociais ficou extremamente embaraçosa com o passar dos anos. Eleito com forte base dos múltiplos movimentos de esquerda, Rafael Correa, após assumir o cargo, parece “esquecer” das forças que ali o colocaram. Segundo Larrea (2010), os movimentos sociais não foram chamados para participar da composição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), não participando também da comissão do Conselho da Educação Superior (Conesup) que faria propostas para elaborar a nova Carta Magna.

Parece que, por parte do governo, há uma tendência a sobrevalorizar o apoio popular conseguido em 26 de novembro e menosprezar a contribuição dos movimentos sociais para um projeto político que tem mais pontos comuns do que discordâncias. A pouca importância que o governo tem dado aos movimentos sociais fica evidente em alguns fatos. O primeiro, quando consultaram partidos políticos sobre o primeiro estatuto eleitoral para a convocatória da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e se esqueceram dos movimentos sociais em relação ao assunto. O segundo, quando foi feito o pedido do presidente ao Conselho de Educação Superior (Conesup) para que se forme uma comissão para elaborar uma proposta para a nova Constituição. Essa proposta servirá de ponto de partida para a discussão na ANC. Novamente, os movimentos sociais não foram levados em conta e não participaram da comissão. O governo parece desconhecer a força social e política de coletivos sociais cujas reivindicações históricas abriram as portas para que o país viva o fenômeno Correa (LARREA, 2010, p. 2).

Negando a importância desses movimentos, de acordo com Larrea (2010), a estratégia do governo foi montar uma comissão que planejasse a nova constituição composta somente de juristas notáveis das

melhores universidades do país. Será que o presidente apostou em uma constituição elaborada unicamente por especialistas do ramo jurídico?

Essa parece ser uma visão restrita das transformações sociais que ocorrem em todo o continente. Não tomar em consideração as demandas sociais dos variados agentes equatorianos pode levar ao mesmo caminho dos anos anteriores: mais exploração de uma classe sobre outra.

Outro aspecto – não menos importante – foi a criação da Secretaria de Cidadania, Povos e Movimentos Sociais pelo governo. As perguntas que permanecem: essa seria mais uma tentativa de comandar as organizações a partir do governo? Uma força de institucionalizá-las? Ou será uma secretaria para construir a base social do governo, um espaço para estabelecer canais de diálogo e construção de alianças a partir de uma ótica de respeito à diversidade, às diferenças e à igualdade?

Contrariando essa perspectiva, de Ana Maria Larrea, a governista Magdalena Leon, integrante da Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), em entrevista ao *Brasil de Fato*, alega que a nova constituição equatoriana aponta para avanços bastante significativos expressando “uma aspiração de longa data dos movimentos sociais, especialmente do movimento indígena, que desde a década de 90 propõe a refundação do Estado com uma constituição que impulsione transformações estruturais na sociedade” (BRASIL de FATO, 2008, p. 2).

Nesta conjuntura, a participação dos movimentos teve várias vias: a proposta de textos constitucionais completos – tais os casos da Conaie e o Movimento de Mulheres – ou de propostas temáticas e setoriais; o diálogo com a Assembleia – que recebeu mais de 1.500 delegações. Além disso, entre as/os assembleístas eleitos, havia dirigentes ou representantes de organizações camponesas, indígenas, mulheres, sindicais, de jovens, de moradores urbanos, de migrantes. Na fase prévia ao referendo, os movimentos sociais têm assumido uma intensiva tarefa de difusão e debate sobre o texto proposto (BRASIL de FATO, 2008, p.3).

Para ela, diferentemente da Constituição de 1998, “que protegia, antes de tudo, o capital”, o novo texto “coloca o povo e a vida em todas as suas expressões como razão de ser do Estado, da Sociedade e da Economia”. Uma das questões essenciais, fruto especialmente das demandas indígenas, é a introdução do conceito do “bem viver”. Esse termo supõe uma redefinição do processo civilizatório, deixando para trás noções de progresso, crescimento e desenvolvimento que já chegaram ao seu esgotamento sem trazer mudanças concretas para as classes oprimidas – que serviu apenas para a exploração, depredação e dominação das classes dominantes. Na nova carta, incorporou-se a soberania alimentar como objetivo estratégico do Estado, o direito à água e sua não privatização, soberania econômica, política, energética e militar. Além disso, as reivindicações de saúde e educação universal e gratuita (até o nível universitário) deram ênfase ao princípio de igualdade com pluralidade.

Segundo ela, os movimentos sociais, tiveram, sim, grande papel na elaboração da Carta Magna promulgada por Rafael Correa. Antes mesmo de ser sancionada, em 22 de janeiro de 2007, um ato de cinco mil indígenas marchou pelas ruas de Quito pedindo o fechamento do Congresso Nacional corrupto e a imediata realização de uma assembleia constituinte. Com cartazes e bandeiras, os manifestantes chegaram à Av. 12 de Outubro para entregar suas propostas indigenistas para a nova Constituição. Para Luis Macas, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) – organização convocante da marcha –, esse é um momento histórico para os povos e nacionalidades indígenas, pois apresenta-se uma mudança estrutural, política e jurídica do Estado Equatoriano.

Desde 1830 até hoje, houve 19 Constituições, sem participação plena dos Povos e Nacionalidades Indígenas e se constituiu os poderes do Estado como um resultado do regime colonial dominante, acrescentou Macas. Segundo o comunicado do presidente da Conaie, os indígenas estarão presentes durante todo o desenvolvimento da Constituinte para que suas ideias não sejam fraudadas pelos membros da assembleia, que optam por reformas mínimas de acordo com interesses pessoais, econômicos e politiquieiros, ao invés de mudanças profundas (ADITAL, 2007, p. 1).

O peruano Jose Carlos Mariátegui (1974), fundador do partido comunista peruano desde o início do século XX destacava a potencialidade revolucionaria dos movimentos indígenas. Para ele, o socialismo latino-americano e a emancipação do continente deveria levar em consideração uma aliança operário-indígena para supressão da dominação de classe.

Do preconceito da inferioridade da raça indígena começa a passar-se ao extremo oposto: o de que a criação de uma nova cultura americana será essencialmente obra das forças raciais autóctones. Subscrever essa tese é cair no mais ingênuo e absurdo misticismo. Ao racismo dos que desprezam o índio, porque crêem na superioridade absoluta e permanente da raça branca, seria insensato e perigoso opor o racismo dos que sobrestimam o índio, com fé messiânica na sua missão como raça no renascimento americano. As possibilidades de que o índio se eleve material e intelectualmente dependem da mudança das condições econômico-sociais. Não estão determinadas pela raça, mas pela economia e pela política. A raça, por si só, não despertou nem despertaria o entendimento de uma ideia emancipadora. Sobretudo, não adquiriria nunca o poder de impô-la e realizá-la. O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e de uma cultura que trazem em suas entranhas o germe do socialismo. A raça índia não foi vencida, na guerra da conquista, por uma raça superior étnica ou qualitativamente; mas foi vencida por sua técnica que estava muito acima da técnica dos aborígenes. A pólvora, o ferro, a cavalaria, não eram vantagens raciais; eram vantagens técnicas" (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31).

E em outro texto, “Aniversário e Balanço”, o mesmo autor afirma que a revolução latino-americana, é a revolução socialista; e essa, dependerá das correlações de forças da situação internacional. Mais do que isso, será obra original de nossos povos e nações.

A própria palavra Revolução, nesta América de pequenas revoluções, presta-se a muitos equívocos. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A revolução latino-americana será uma etapa, uma fase da revolução mundial, nada mais, nada menos. Será, pura e simplesmente, a revolução socialista. A essa palavra acrescentem, segundo os casos, todos os adjetivos que quiserem: “anti-imperialista”, “agrária”, “nacional-revolucionária”. O Socialismo supõe, os antecede, abrange-os todos [...] Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar vida, com a nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo

indo-americano. Eis uma missão digna de uma nova geração (MARIÁTEGUI, 2005, p.119-120).

Nas reivindicações apresentadas durante a assembleia constituinte, a Conaie, tencionava e exigia que a nova constituição construísse um Estado plurinacional para erradicar o regionalismo, a exclusão, o autoritarismo e a repressão que ele costuma impor. Além disso, colocaram questões como “a nacionalização dos hidrocarbonetos e a não privatização dos recursos naturais”, objetivando, assim, “um modelo econômico soberano, ecológico, organizado, igualitário, solidário, comunitário e social, para garantir o presente e as futuras gerações” (ADITAL, 2007, p. 1).

Tais manifestações, sem dúvida, foram contempladas na Nova Constituição Equatoriana (CONSTITUCION DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008). Em virtude da grande pressão dos grupos sociais indigenistas, o recente texto apresenta pontos de plurinacionalidade, interculturalidade, a ampliação aos direitos coletivos, o reconhecimento do quíchua e outras línguas ancestrais como idiomas de relação intercultural, assim como a proteção de seus territórios e saberes; mas é preciso que o texto, um dos mais avanços no mundo atual, seja cumprido.

Dirigentes da CONAIE, como seu Presidente Humberto Chalango, acreditam que a revolução cidadã não rompe com o modelo econômico extrativista. Para ele, setores governistas financiam uma burguesia ligada aos setores de infraestrutura (estradas, construção civil, e etc.). Para muitos membros da CONAIE, o projeto em curso não respeita a autonomia e a soberania dos recursos naturais das nações e povos ancestrais. Elaine Tavares (2012) comenta as marchas indígenas desencadeadas em março desse ano que tem como principal fundamento a questão do *bem-viver*.

Movimento indígena, organizações sociais, camponeses, ecologistas, homens e mulheres do campo e da cidade estão em marcha no Equador desde o dia 8 de março. Eles caminham pela água, a vida e a dignidade dos povos. A atividade é um protesto contra o modelo de desenvolvimento que está em curso no país, baseado na destruição da natureza através da mineração indiscriminada e a céu aberto. Essa exploração está colocando em risco a água das comunidades e todos entendem que a água pura e limpa não só é um direito humano, mas também um direito da natureza, que deve ser protegida conforme manda a Constituição no seu artigo 12. (TAVARES, 2012, p.03).

Como se pode ver, a encruzilhada dos setores de esquerda no Equador – e da América Latina em geral – perpassa por 3 (três) projetos distintos: Socialismo do Século XXI, neodesenvolvimentismo ou bem-viver<sup>4</sup>. É chegada a hora da verdade nos países andinos e América Latina. No caso do Equador, ao mesmo tempo em que devemos lutar junto com propostas progressistas do governo, deve-se fazer uma crítica detalhada e minuciosa das posições errôneas do atual presidente, tomando cuidado para que essa crítica não abra espaço para as forças conservadoras dos setores dominantes e do grande capital aproveitarem essa brecha para tomar novamente o governo. É preciso ter em vista, que as elites petrolíferas do país, aliadas com a grande imprensa, farão de tudo para que o novo regime fracasse. Tencionar o processo em curso para que não se caia num reformismo ou na ruína da Revolução Cidadã é de suma importância para aqueles comprometidos com um projeto socialista.

---

<sup>4</sup> Para os conceitos de “*neonacionaldesenvolvimentismo*” ver ALMEIDA (2012); a proposta de “*Socialismo do Século XXI*” pode ser vista em ARON (2010) e por fim, a questão do “*bem-viver*” pode ser explanada por BOFF (2011).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. Breve história econômica do Equador. Quito: Fundação Alberto Gusmão, 2005.
- ACOSTA, Alberto. La deuda eterna: una historia de la deuda externa ecuatoriana. 4. ed. Quito: Libresa, 1994.
- ADITAL. Marcha apoia a Constituinte e pede o fechamento do Congresso. Disponível em: <<http://www.adital.org.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. América Latina: entre o antissistêmico e o neonacional-desenvolvimentismo. ALACIP, Quito, 2012.
- BOFF, Leandro. Bem Viver: contribuição da América Latina para uma geossociedade. Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7109>> Acesso: 12 out. 2011.
- BORON, Atilio. O socialismo no século 21: há vida para o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRASIL DE FATO. Merlino, Tatiana. Nova Constituição expressa aspiração dos movimentos sociais. 2 set. 2008.
- CONAIE. Site. Disponível em: <<http://www.conaie.org/>>. Acesso em: 27 set. 2012.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008. Disponível em <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/ecuador08.html>>.
- CUEVA, Agustín. El proceso de dominación política en el Ecuador. Quito: Editorial Planeta, 1997.
- DAVALOS, Pablo. Equador. In: latinoamericana. Enciclopédia contemporânea da América latina e do caribe. Organização de Emir Sader, Ivana Jinkings, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.
- DAVALOS, Pablo. Movimento indígena, democracia, estado y plurinacionalidad. In: Revista venezolana de Economía y Ciencias sociales. Caracas-UCV, 2004.
- FERNANDES, Marcelo. O Equador tenta renascer. Portal Vermelho. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2007.
- GALLEGOS, Franklin Ramirez. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros, 2011.
- KOWII, Ariruma. Autonomia, reservaciones o plurinacionalidad. Disponível em: <<http://www.alinet.org>>. Acesso em: 27 set. 2012.

LARREA, Ana Maria. O governo e os movimentos sociais no Equador. Disponível em: <[http://www.forumdesalternatives.org/PG/readarticle.php?article\\_id=3642](http://www.forumdesalternatives.org/PG/readarticle.php?article_id=3642)>. Acesso em: 4 abr. 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Aniversario e Balanço. In: Por um socialismo indo-americano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El Problema de las Razas en la America Launa. Amauta: Lima, 1974.

PETRAS, James; VELTMEYER. Movimentos Sociais y Poder Estatal. México: Lumen, 2005.

SALAMEA, Marco. Movimientos sociales e izquierda en el Ecuador. Quito: Ecuador, Mayo 2006.

TAVARES, Elaine. Equador: a marcha pela água e os chamados golpistas. Jornal Brasil de Fato. Disponível em < <http://www.brasildefato.com.br/node/9156>>. Acesso: 26 mar.2012.